

DISTINÇÕES ENTRE MODALIDADE DEÔNTICA OBJETIVA E SUBJETIVA NO PORTUGUÊS FALADO: O CASO DO VERBO *DEVER*

Sandra Denise Gasparini-Bastos
Universidade Estadual Paulista - São José do Rio Preto
sandradg@ibilce.unesp.br

RESUMO:

As distinções modais propostas por Hengeveld (2004), retomadas em Hengeveld e Mackenzie (2008) dentro da Gramática Discursivo-Funcional, consideram a existência de cinco tipos de modalidade: facultativa, deôntica, volitiva, epistêmica e evidencial. Observando-se especialmente a modalidade deôntica, há evidências de que essa modalidade pode ser subdividida em objetiva e subjetiva, como já analisado por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) em construções auxiliares do espanhol falado. O presente trabalho tem por objetivo investigar os elementos contextuais que favorecem a interpretação dos dois valores quando expressos por meio do verbo auxiliar modal *dever* em dados do português falado.

PALAVRAS-CHAVE: modalidade deôntica, modalidade objetiva, modalidade subjetiva, Gramática Discursivo-Funcional, verbo *dever*.

ABSTRACT:

The modal distinctions proposed by Hengeveld (2004), reexamined by Hengeveld and Mackenzie (2008) within the Functional Discourse Grammar (FDG), consider the existence of five types of modality: facultative, deontic, volitive, epistemic and evidential. Taking into special account the deontic modality, there are evidences that it can be subdivided into objective and subjective, as analyzed by Olbertz and Gasparini-Bastos (2013) in auxiliary constructions of spoken Spanish. This work aims to investigate the contextual elements that favor the interpretation of these two values when they are expressed by the modal auxiliary verb “dever” (*must*) in spoken Portuguese data.

KEYWORDS: deontic modality, objective modality, subjective modality, Functional Discourse Grammar, verb “dever”.

Introdução

Este trabalho tem como aparato teórico a Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld e Mackenzie, 2008), teoria funcionalista de linha holandesa, que prevê a existência de quatro níveis de análise: Interpessoal (Pragmático), Representacional (Semântico), Morfossintático e Fonológico, distribuídos em um esquema *top down*, que parte da intenção do falante para a articulação das formas linguísticas. Todos os níveis têm uma organização hierárquica que consiste de várias camadas. A arquitetura geral da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) bem como a interação entre os níveis pode ser visualizada na figura a seguir, adaptada de Hengeveld e Mackenzie (2008):

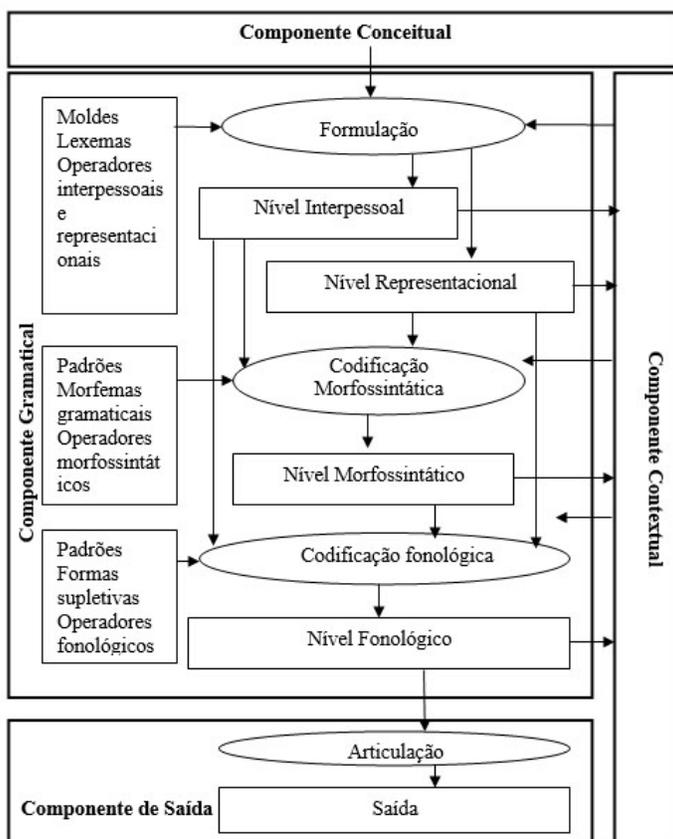


Figura 1: Arquitetura geral da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13)

Dentro do aparato teórico da GDF, as distinções modais são tratadas no Nível Representacional, que está basicamente relacionado com os aspectos semânticos da Formulação. Nesse nível, as unidades são descritas em termos da categoria semântica que designam, as quais podem ser de diferentes tipos: Conteúdos Proposicionais (p), Episódios (ep), Estados-de-Coisas (e) e Propriedades (f).¹

O tratamento dado às modalidades dentro da GDF está basicamente ancorado na categorização de modalidades proposta por Hengeveld (2004), que considera dois parâmetros: o alvo da avaliação modal, ou seja, a parte do enunciado que é modalizada, e o domínio semântico da avaliação, isto é, o tipo de avaliação modal que se faz.

Com base no primeiro parâmetro, alvo da avaliação, as modalidades podem ser orientadas para o participante, para o evento ou para a proposição. Conforme descrito por Hengeveld (2004), a modalidade orientada para o participante afeta a parte relacional do enunciado quando expressa por um predicado e diz respeito à relação entre (propriedades de) um participante em um evento e a realização potencial desse evento. A modalidade orientada para o evento afeta a descrição do evento contida dentro do enunciado, isto é, a parte descritiva de um enunciado e diz respeito à asseveração objetiva do *status* de realização do evento. Por fim, a modalidade orientada para a proposição afeta o Conteúdo Proposicional de um enunciado, isto é, a parte do enunciado que representa as visões e crenças do falante e diz respeito à especificação do grau de comprometimento do falante com relação à proposição que ele apresenta.

Com base no segundo parâmetro, domínio semântico, as modalidades subdividem-se em cinco tipos: facultativa, deôntica, volitiva, epistêmica e evidencial. A modalidade facultativa, que pode ser considerada como equivalente à modalidade dinâmica proposta por Palmer (1979, 1986), está relacionada às habilidades intrínsecas ou adquiridas. A modalidade deôntica está relacionada com aquilo que é legalmente, socialmente ou moralmente permitido e, conforme aponta Neves (1996, p. 172), está condicionada por traços lexicais específicos ao enunciador ([+controle]), implicando “que o enunciatário aceite o valor de verdade do enunciado para executá-lo.”

A modalidade volitiva está relacionada com aquilo que é desejável. Desde Palmer (1979, 1986), a existência de uma modalidade volitiva entre as categorias modais é questionada, mas sua permanência deve-se ao fato de que tal modalidade é bastante representada por auxiliares modais, o que a aproxima das outras modalidades em geral.

1 As Propriedades têm sido denominadas atualmente de Conceitos Situacionais.

Já a modalidade epistêmica está relacionada ao grau de certeza ou de dúvida que o falante tem (ou diz ter) dos Estados-de-Coisas relacionados em seu enunciado. Por fim, a modalidade evidencial está relacionada com a fonte da informação contida na sentença.

Embora essa classificação careça de alguns ajustes (por exemplo, a evidencialidade tem sido tratada nos estudos atuais como uma categoria fora dos subtipos modais²), ela se mostra perfeitamente adequada para a descrição das modalidades aqui empreendida.

Observando-se especialmente a modalidade deôntica, há evidências de que essa modalidade pode ser codificada duas vezes, com diferentes valores. Ao discutirem essa diferença com base na análise de dados do espanhol falado, Olbertz e Gasparini Bastos (2013) argumentam que essa distinção consiste em uma forma de modalidade deôntica subjetiva incidindo sobre uma forma de modalidade deôntica objetiva, como mostra o exemplo sugerido pelas autoras:

(01) A Polícia **deveria poder** armar ciladas! (OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013, p. 280)

Nesse exemplo, conforme discutido em Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), um modal deôntico de necessidade (representado pela forma verbal *deveria*) toma por escopo um modal deôntico de possibilidade (representado pela forma verbal *poder*), ou ainda, uma forma de expressão de modalidade deôntica subjetiva incide sobre uma forma de expressão de modalidade deôntica objetiva.

Considerando que essa mesma diferença pode ser verificada em português, no presente trabalho analisamos ocorrências do verbo modal *dever* em dados do português falado a fim de verificar quais são os valores modais expressos por esse verbo e, especificamente no caso de seus empregos deônticos, observar como esses valores interagem com outras distinções modais dentro do Nível Representacional.

Os dados que embasam a pesquisa pertencem ao Banco de Dados Iboruna, desenvolvido dentro do Projeto ALIP, coordenado por Gonçalves (2007) e disponível em <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>>. Foram selecionadas 60 entrevistas da Amostra Censo (AC), que se configuram como entrevistas entre informante e documentador, coletadas no noroeste do estado de São Paulo, mais especificamente na cidade de São José do Rio Preto.

2 A esse respeito, ver Hengeveld (2011) e Hengeveld e Dall'Aglio-Hattner (no prelo).

Para realizar a análise proposta, este trabalho configura-se da seguinte maneira: na seção 1, apresentamos os valores modais expressos pelo verbo *dever*, na condição de auxiliar em português, considerando o valor semântico e a orientação da modalidade; na seção 2, estabelecemos as distinções entre modalidade subjetiva e objetiva para, na seção 3, descrevermos os elementos contextuais que favorecem a distinção entre modalidade deôntica subjetiva e objetiva aqui defendida, tomando como referência as ocorrências com *dever* deôntico identificadas no *cópus*. Nas considerações finais, apontamos passos futuros que poderão oferecer mais evidências para corroborar os resultados aqui apresentados.

1. Os valores semânticos expressos pelo verbo modal *dever*

Foram identificadas, no *cópus* de análise, 145 ocorrências do verbo *dever* na condição de auxiliar modal. Os valores modais identificados são ilustrados na tabela a seguir:

Tabela 1: Valores modais do verbo *dever* no *cópus*

TIPO DE MODALIDADE	OCORRÊNCIAS	%
Modalidade deôntica	85	58,6
Modalidade epistêmica	56	38,6
Modalidade volitiva	1	0,7
Casos ambíguos	3	2,1
Total	145	100

Conforme é possível observar, o verbo *dever* pode servir, em português, à expressão das modalidades deôntica, epistêmica e ainda volitiva, como será descrito na sequência.

A modalidade deôntica, relacionada aos valores de obrigação e proibição, quando expressa pelo verbo *dever* pode ser orientada para o participante ou para o evento, conforme ilustram os exemplos (02) e (03), respectivamente:

(02) eu acho que os pais são erRADos eles **deveriam** entendê(r) acho que o marido dela fez certinho (AC-066)³

(03) então a aula que eu gostei bastante foi de prime(i)ro emprego... como que você **deve se portá::(r)**... no:: seu prime(i)ro emprego... tipo:: não/... í(r) com o cabelo cur::to... unhas corta::das... que mais?... (AC-039)

3 A sigla que segue cada exemplo representa o tipo de Amostra (AC = Amostra Censo) seguido do número da entrevista selecionada.

A modalidade deôntica orientada para o participante descreve um participante que se encontra sob uma obrigação ou que tem uma permissão para se engajar no evento designado pelo predicado. No exemplo (02), o participante, nesse caso equivalente a um sujeito de terceira pessoa do plural (*os pais*), apresenta os traços [+humano] (referente a pessoa), [+animado] e com controle para executar a ação descrita no predicado (*entender*, nesse contexto interpretado como *compreender*).

No exemplo (03), de modalidade deôntica orientada para o evento, o falante discorre sobre regras gerais que devem ser cumpridas num primeiro emprego. O evento “se portar no primeiro emprego” é caracterizado em termos do que é obrigatório dentro de um sistema de convenções, no caso, uma instituição trabalhista. Em contraste com a modalidade deôntica orientada para o participante, a obrigação expressa por meio da modalidade deôntica orientada para o evento não recai sobre um participante particular, mas representa regras de conduta geral (o uso de *você*, nesse caso, é impessoal).

A modalidade epistêmica, relacionada à expressão da dúvida ou da certeza, pode, de acordo com Hengeveld (2004), ser orientada para o evento ou para a proposição. Todas as ocorrências de *dever* epistêmico identificadas no corpus estão orientadas para o evento, como mostra o exemplo:

(04) ontem à noite:... **devia sê(r)** um nove horas... mais ou menos... minha mãe chegô(u) em casa né?... (AC-053)

No caso do exemplo (04), coloca-se em dúvida o horário em que o evento descrito aconteceu (chegada da mãe em casa), sendo tal evento caracterizado em termos da incerteza de sua ocorrência.

Não foram identificadas no corpus ocorrências do verbo *dever* orientadas para a proposição, muito provavelmente porque Conteúdos Proposicionais, unidades mais altas do Nível Representacional, não são comumente encontrados sob o escopo de verbos auxiliares modais.

Além dos valores deôntico e epistêmico descritos, que são os mais comuns referentes ao verbo *dever*, consideramos que esse auxiliar modal pode apresentar também um valor volitivo em português, com base na proposta de Olbertz (1998), que analisou dados do espanhol. Embora a autora admita a estreita relação entre modalidade deôntica e modalidade volitiva, já que ambas estão relacionadas ao desejo de que algum evento se cumpra, considera a possibilidade de uma leitura volitiva quando a leitura deôntica é excluída.

A modalidade volitiva, relacionada com aquilo que é desejável, pode ser orientada para o participante ou para o evento. Embora a classificação de Hengeveld (2004) mencione a possibilidade de se encontrar, nas línguas naturais, uma modalidade volitiva orientada para a proposição, ela é descartada em Hengeveld e Mackenzie (2008).

Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) argumentam que embora seja difícil separar a modalidade deôntica da modalidade volitiva nos casos expressos pelo verbo *dever* em espanhol, a interpretação volitiva é favorecida quando a realização de um evento vai além do controle humano, o que quase sempre é marcado por um tempo verbal que expressa irrealidade. A dificuldade de interpretar determinados casos como expressão de uma obrigação é agravada quando o Estado-de-Coisas é irrealizável, fortalecendo, assim, a leitura volitiva e não mais a deôntica.

Em todos os dados que analisamos, identificamos uma ocorrência no corpus do português que consideramos possível de classificar como um caso de modalidade volitiva:

(05) droga é TUDO... e que:: – “ah me dá um (inint.) que num sei quê::... e no::ssa no momento é muito bom:: num sei quê” – mas num pensa nas consequência que vai causá(r) depo::is... e **acho** que num **deveria existí(r)** isso... porque assim porque (inint.) coisa da nature::za sabe? acho que:: (tem que vê(r) o) melhor tem que sê(r) uma coisa pra::... pra nossa saúde assim uma coisa pra trazê(r) saúde que de(i)xe a gente feliz mas não só por um mome::nto que de(i)xe feliz pro resto da vida sabe? (AC-016)

Nesse exemplo, que analisamos como um caso de modalidade volitiva orientada para o evento, não há o traço [+controle] relacionado ao sujeito, assim como há referência a um Estado-de-Coisas impossível de acontecer (a não existência de algo que já existe). Nesse caso, a paráfrase mais adequada parece ser “é desejável que as drogas não existam” ou ainda “eu gostaria que as drogas não existissem”. Sendo assim, a leitura deôntica cede lugar a uma leitura volitiva, reforçada pelo uso do futuro do pretérito do verbo *dever* (*deveria*), que expressa algo não realizado. Não se trata apenas da ausência do traço [+controle], mas da associação desse traço a um evento impossível de se realizar ou de realização irreversível.

Focando especialmente na modalidade deôntica, nosso objeto de estudo, faremos, na sequência, uma descrição mais detalhada da dicotomia objetiva-subjetiva que estamos defendendo para essa modalidade, procurando compro-

var que a distinção entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva proposta por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) para as construções modais *deber* e *tener que* em espanhol também se aplica ao português, ao menos no que se refere ao verbo modal *dever*.

2. Distinções entre modalidade deôntica subjetiva e objetiva no português

A distinção entre modalidade objetiva e subjetiva já havia aparecido em Lyons (1977), que propôs uma distinção entre modalidade epistêmica objetiva e subjetiva e também entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva.

De acordo com Lyons (1977), a modalidade epistêmica subjetiva está relacionada a uma marca explícita de opinião do enunciador e corresponde à avaliação desse enunciador baseada nas suas crenças e intuições, ou seja, no seu conhecimento. A modalidade epistêmica objetiva consiste na afirmação de um fato ou na verificabilidade objetiva à luz do conhecimento. O clássico exemplo do autor

(06) **Certamente** ele **pode** ter esquecido (Lyons, 1977, p. 808)⁴

mostra que, por meio do advérbio modal *certamente*, orientado para a proposição, o falante se compromete com a verdade da proposição, que por sua vez contém um verbo modal epistêmico (*pode*) orientado para o evento (*ter esquecido*).

Não há contradições entre as duas ocorrências epistêmicas, uma vez que os dois julgamentos pertencem a níveis diferentes: o falante expressa sua certeza subjetiva (por meio do advérbio *certamente*) sobre a existência de uma possibilidade objetiva (por meio do verbo *poder*). Por esta razão, a modalidade epistêmica orientada para a proposição pode ser chamada de subjetiva e a orientada para o evento de objetiva. A divisão entre modalidade epistêmica subjetiva e objetiva foi também proposta por Hengeveld (1989) e Dik (1997), e rediscutida em Hengeveld (2004).

Ainda de acordo com Lyons (1977), a modalidade deôntica subjetiva consiste na deseabilidade de ocorrência de um evento, enquanto a modalidade deôntica objetiva está relacionada a afirmações sobre a existência de obrigações.

4 *Certainly he may have forgotten.* (Lyons, 1977, p. 808)

Verstraete (2001) também discute a divisão entre modalidade subjetiva e objetiva. Embora questione a subdivisão da modalidade epistêmica por considerá-la sempre subjetiva, já que em todos os contextos envolve avaliação do enunciador, o autor considera que a modalidade deôntica pode apresentar uma vertente subjetiva, quando envolve uma atitude do enunciador frente à necessidade ou permissividade para uma determinada ação, ou uma vertente objetiva, quando apenas descreve a existência de uma necessidade sem envolvimento de atitude do enunciador.

A distinção entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva mantém estreita relação com a distinção no domínio epistêmico discutida em Lyons (1977), Hengeveld (1989), Dik (1997) e Hengeveld (2004). Assim como Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), consideramos que, em ambos os casos, a diferença crucial entre modalidade objetiva e subjetiva é a fonte da modalidade: enquanto na modalidade objetiva a fonte da modalidade ou da avaliação é externa, isto é, não relacionada unicamente ao falante, no caso da modalidade subjetiva a fonte da avaliação é o próprio falante.

Em geral, as fontes da modalidade deôntica são regras como leis, instruções e normas de conduta. Embora seja difícil distinguir o que seria objetivo e o que seria subjetivo, Vásquez Laslop (2001) afirma que a distinção entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva depende crucialmente do comprometimento ou não comprometimento do falante com o desejo do evento em questão. Sendo assim, todos os casos em que o falante se abstém de estabelecer uma distância entre seu ponto de vista e a norma estabelecida são tratados como deônticos subjetivos. Os demais, como deônticos objetivos.

3. Análise das ocorrências com *dever* deôntico

Na sequência, nos detemos na análise das 85 ocorrências de *dever* com valor deôntico, a fim de discutirmos o que caracteriza a modalidade deôntica subjetiva e a modalidade deôntica objetiva.

A modalidade deôntica subjetiva foi mais frequente nos dados, aparecendo em 78 ocorrências (91,76% do total) contra 7 ocorrências da modalidade deôntica objetiva (8,24%). Como exemplo do que estamos tratando como modalidade deôntica subjetiva, temos:

(07) ele vinha descen(d)o na rua... e o C. vinha subin(d)o daí o C. viu... chegô(u) nem conversô(u) com ele já chegô(u) e deu um tapa no meio da cara dele...
!¹[Doc.: no::ssa] !¹[ele pegô(u)] já subiu na casa dele buscá(r) o cano lá::... e (a)

cabô(u) briga::n(d)o lá teve a maior con/ confusão:: chama atenção tam(b)ém de polícia né? ali no bairro... [Doc.: uhum] e já::... por isso que **num deve né? ro(u)bá(r)**... foi ro(u)bá(r) aí o que aconteceu (AC-031)

No exemplo (07), o falante narra uma situação de briga entre vizinhos ocasionada por uma ocorrência anterior de roubo. Ao expressar seu ponto de vista sobre a proibição de se roubar (*por isso que num deve roubar*), ele próprio se configura como a fonte da avaliação modal deôntica.

Entretanto, quando o falante de algum modo se distancia das normas que menciona, o enunciado em questão pode ser identificado como um caso de modalidade deôntica objetiva, como mostra o exemplo (08):

(08) tem um... uma coisa que eu aprendi num curso com uma nutricionista... de como **se deve lavar** uma louça... a gente não pode chegá(r) na pi::a e colocá(r) tudo de qualqué(r) jeito... (AC-024)

No exemplo (08), a fonte da regra é identificada como uma norma externa, nesse contexto, um curso que ensina como se deve lavar louça. Trata-se de um caso de modalidade deôntica objetiva, pois o falante parece aderir à norma.

Considerando que as distinções temporais podem mostrar-se relevantes para a distinção entre modalidade objetiva e subjetiva, conforme já previsto por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), analisamos o tempo verbal das ocorrências com valor deôntico. No caso da modalidade deôntica subjetiva, o tempo verbal mais frequente é o futuro do pretérito, que aparece em 41 das 78 ocorrências, seguido do pretérito imperfeito do indicativo (34 ocorrências) e do presente do indicativo (13 ocorrências). Vejamos os exemplos:

(09) Inf.: bom... na minha escola... eu acho que ela é muito boa né?... não precisa de mudança... meus professores... alguns... deveriam tê(r) mais::... éh::... **deveriam ouví(r) MAIS** a gente... (AC-013)

(10) eu acho que tem que arrumá(r) algum::... um o(u)tro modo de pegá(r) esses aluno... eu num:: eu num sei mas num rola eu acho que **devia arrumá(r)** o(u)tro modo... acho que câmera no banhe(i)ro acho que num dá certo não... (AC-015)

(11) em Minha opinião a saúde é a mais importante... para... para nós e nós **devemos cuidá(r)** muito BEM delas... (AC-008)

O futuro do pretérito, exemplificado em (09), está fortemente associado com o valor subjetivo, pois apresenta um valor hipotético, relacionado a uma necessidade tratada como desejável pelo falante. O mesmo valor é identificado no exemplo (10), em que o pretérito imperfeito (*devia*) aparece como uma forma alternativa de *deveria*. O presente do indicativo em (11), menos marcado do ponto de vista da subjetividade, não exclui o valor subjetivo da modalidade deôntica, pois o próprio contexto mostra que se trata da opinião do falante, explicitada no início do enunciado pela expressão “em minha opinião.”

Nas ocorrências de modalidade deôntica objetiva, o uso do presente do indicativo, exemplificado em (12), é categórico, mostrando um distanciamento do falante e permitindo que o valor de regra ou instrução fique mais evidente:

(12) porque (o la/) o manual tem muitos assuntos então é pa gente estudá(r) pa conhecê(r) ficá(r) conhecen(d)o mais sobre o manual... o que que ele qué(r) passá(r)... pra gente né? como legionários... que ele é:: um manual mesmo né? como que nós devemos... éh::... como os legionários **devem atuar** ¹⁰[na] ¹⁰[Doc.: uhm] sociedade né?... (AC-023)

Considerando especialmente a modalidade deôntica subjetiva, os dados do córpus mostram que ela é favorecida (em 44 das 78 ocorrências) por contextos em que a construção formada por *dever* + infinitivo aparece como complemento de orações matrizes cujo verbo principal expressa avaliação ou conhecimento do falante, ou seja, são verbos epistêmicos que acabam por reforçar a avaliação modal, conforme mostram os exemplos (13) e (14):

(13) Doc.: e:: do tamanho da tua escola... cê acha ela do tamanho bom::?
Inf.: É:: eu acho... só eu **acho que deveria aumentá(r)** um po(u)quinho o tamanho da sala (AC-013)

(14) eu acho que tem que arrumá(r) algum::... um o(u)tro modo de pegá(r) esses aluno... eu num:: eu num sei mas num rola eu **acho que devia arrumá(r)** o(u)tro modo... acho que câmera no banhe(i)ro acho que num dá certo não... (AC-015)

Em ambos os exemplos, a avaliação deôntica subjetiva é precedida pelo verbo *achar* em primeira pessoa, o que evidencia a manifestação da opinião do falante.

Ainda como forma de reforçar a distinção entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva, Vásquez Laslop (2001) considera a existência de uma di-

cotomia - que a autora chama de prescritiva-avaliativa - como uma propriedade que auxilia na distinção entre ambas as distinções modais.

Como a modalidade objetiva se refere a normas e regras gerais, seria prescritiva em todos os casos, isto é, refere-se a eventos que podem ser assumidos acontecer ou no momento da fala ou num momento posterior, como o já citado exemplo (08), repetido aqui por conveniência:

(15) tem um... uma coisa que eu aprendi num curso com uma nutricionista... de como **se deve lavar** uma louça... a gente não pode chegá(r) na pi::a e colocá(r) tudo de qualqué(r) jeito... (AC-024)

A modalidade deôntica subjetiva, por sua vez, pode ser tanto prescritiva, como o exemplo (07) aqui retomado em (16), como avaliativa, isto é, pode modalizar eventos que ocorreram antes do momento da fala, como o exemplo (17):

(16) ele vinha descen(d)o na rua... e o C. vinha subin(d)o daí o C. viu... chegô(u) nem conversô(u) com ele já chegô(u) e deu um tapa no meio da cara dele...
¹[Doc.: no::ssa] ¹[ele pegô(u)] já subiu na casa dele buscá(r) o cano lá:... e (a) cabô(u) briga::n(d)o lá teve a maior con/ confusão:: chama atenção tam(b)ém de polícia né? ali no bairro... [Doc.: uhum] e já:... por isso que **num deve né? ro(u)bá(r)**... foi ro(u)bá(r) aí o que aconteceu (AC-031)

(17) bom... eu acho que é o... NÃO É que ele é violento... mas é que o TRÂNsito dele... os motoristas não:: respeita aqui... deveria colocá(r) algum farol... tipo na rua aqui de cima... não precisava e eles colocaram... **deveria tê(r) colocado AQUI** no::/ na Pedro Amaral né?... (AC-013)

O exemplo (16) pode ser considerado um caso de modalidade deôntica subjetiva prescritiva, já que a recomendação de não roubar, atribuída à informante, deve ser seguida em todos os casos. O exemplo (17), por sua vez, representa um caso de modalidade deôntica subjetiva avaliativa, já que por meio do verbo *dever* (*deveria*), a falante avalia um evento que já aconteceu, ou seja, a colocação de um semáforo em seu bairro que, em sua opinião, deveria ter sido colocado em outra rua.

Esse exemplo apresenta características interessantes, já que parece se encontrar num limiar entre o necessário e o desejável.⁵ Se considerarmos a necessidade de se colocar um semáforo no local mencionado como uma necessidade, isto é, que não expressa apenas o desejo de um indivíduo, teremos um caso de modalidade deôntica subjetiva avaliativa, como já explicado. Entretanto, se tomarmos como certo o fato de que não será colocado outro semáforo no local desejado, a ordem expressa pela forma *deveria* (futuro do pretérito) representa apenas um desejo (“seria desejável que colocassem um semáforo na Rua Pedro Amaral, mas isso não aconteceu, nem vai acontecer”), já que seu cumprimento parece ser tratado como impossível. Nesse caso, o verbo *dever* poderia ser classificado como um caso de modalidade volitiva, representando, assim, uma possível ambiguidade, a depender da interpretação do contexto.

Enunciados com o verbo *dever* empregado com valor volitivo não podem ter nenhuma fonte deôntica geral, pois expressam apenas o desejo de um indivíduo, isto é, o falante. Neste sentido, modalidade deôntica subjetiva e modalidade volitiva são similares, ambas baseadas no falante e no desejo de que um Estado-de-Coisas se cumpra, como proposto por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013). Exemplos ambíguos mostram a necessidade de um refinamento da caracterização entre modalidade deôntica subjetiva e modalidade volitiva, conforme já havia apontado Olbertz (no prelo).

No que concerne às relações de escopo entre modalidade deôntica objetiva e modalidade deôntica subjetiva, não apareceram em nossos dados exemplos de modalidade deôntica subjetiva tomando por escopo a modalidade deôntica objetiva, conforme proposto por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) para o espanhol, mas tais ocorrências são claramente possíveis em português, como mostra o exemplo a seguir, retirado da internet:

(18) Não adianta querer justificar dizendo que é preciso regulamentar quem pode investigar. **TODO MUNDO DEVERIA PODER INVESTIGAR.** (http://www.teckler.com/pt/MJ_Motier/TODO-MUNDO-DEVERIA-PODER-INVISTIGAR-79864)

O verbo deôntico *deveria*, que expressa modalidade deôntica subjetiva, toma por escopo o verbo deôntico *poder*, que expressa modalidade deôntica objetiva.

5 Nos dados gerais, essa ocorrência foi computada entre os casos ambíguos, por apresentar elementos que favorecem tanto uma leitura deôntica como uma leitura volitiva.

Considerações finais

Consideramos, partindo da proposta de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), que as distinções modais entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva também são identificáveis em português, como mostram as ocorrências do verbo modal *dever* em dados do português falado. Ambas as distinções se situam dentro do Nível Representacional da GDF.

A modalidade deôntica subjetiva, muito mais frequente, é favorecida por elementos contextuais que de alguma maneira explicitam a avaliação do falante, tais como a alta frequência do futuro do pretérito, relacionado a algo hipotético, e de verbos que expressam uma avaliação epistêmica, como *achar*. A modalidade deôntica objetiva, bastante rara, aparece comumente com o verbo no presente do indicativo, reforçando o caráter de norma ou instrução. Em ambos os casos, a orientação é para o evento.

Considerando a distinção entre modalidade prescritiva e avaliativa proposta por Vásquez Laslop (2001), verificamos que também no português, ao menos para o verbo *dever*, a modalidade deôntica objetiva é prescritiva em todos os casos, dado seu caráter normativo. A modalidade deôntica subjetiva, por sua vez, pode ser tanto prescritiva como avaliativa.

Avaliando-se as unidades que integram o Nível Representacional na GDF, a reordenação da modalidade deôntica implica um número de predições relacionadas às relações de escopo com respeito a tempo, aspecto e outras distinções modais nesse nível, que ainda precisam ser investigadas em português.

Referências

- DIK, Simon. *The Theory of Functional Grammar*. Part I: The structure of the clause. 2.ed. Dordrecht: Foris, 1997 [1989].
- GONÇALVES, S. C. L. Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista, 2007. Disponível em: <<http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>>. Acesso em 12 de jul. 2013.
- HENGEVELD, K. Layers and operators in Functional Grammar. *Journal of linguistics*, n. 25, 1989, p. 127-157.
- _____. Illocution, mood, and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (eds.) *Morphology: a handbook on inflection and word formation*. v. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p.1190-1201.

- _____. The grammaticalization of tense and aspect. In: HEINE, B.; NARROG, H. (eds.) *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 580-594.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional discourse grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford Linguistics, 2008.
- HENGEVELD, K.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. No prelo.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado IV*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996, p. 163-199.
- OLBERTZ, H. *Verbal periphrases in a functional grammar of Spanish*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1998.
- _____. Periphrastic expressions of non-epistemic modal necessity in Spanish – a semantic description. No prelo.
- OLBERTZ, H.; GASPARINI-BASTOS, S. D. Objective and subjective deontic modal necessity in FDG – evidence from Spanish auxiliary expressions. In: MACKENZIE, J. L.; OLBERTZ, H. (eds.) *Casebook in Functional Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2013, p. 277-300.
- PALMER, F. R. *Modality and the English modals*. New York: Longman, 1979.
- _____. *Mood and modality*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- VÁSQUEZ LASLOP, M. E. *La arquitectura lingüística del compromiso*. Las oraciones de *deber ser*. México: Colegio de México, 2001.
- VERSTRAETE, J. C. Subjective and objective modality: interpersonal and ideational functions in the English modal auxiliary system. *Journal of pragmatics*, n. 33, 2001, p. 1505-1528.

Recebido em 13 de julho de 2014.

Aceito em 6 de setembro de 2014.